

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO  
DO CONSELHO CONSULTIVO E DELIBERATIVO  
DO CONSELHO DA CIDADE  
- ORDINÁRIA -  
28 de julho de 2010

1 No vigésimo oitavo dia do mês de julho de dois mil e dez reuniu-se, em caráter ordinário, para a  
2 décima reunião, o Conselho Consultivo e Deliberativo do Conselho Municipal de  
3 Desenvolvimento Sustentável – Conselho da Cidade, às oito horas, na Sala do Colegiado, prédio  
4 central da Prefeitura de Joinville, à Avenida Hermann August Lepper, nº 10, bairro Saguazu, em  
5 Joinville, Santa Catarina, atendendo à convocação do Presidente do Conselho da Cidade, Luiz  
6 Alberto de Souza, com o objetivo de discutir a seguinte ordem do dia: a) Leitura do edital de  
7 convocação; b) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; c) Apresentação sobre o Plano  
8 de Habitação de Interesse Social de Joinville; d) Memorando da Câmara de Promoção Social  
9 referente ao relatório final da Conferência Municipal sobre saúde ambiental; d) Assuntos Gerais.  
10 No início da reunião o Presidente do Conselho leu o edital de convocação e, tendo sido  
11 dispensada a leitura da ata da reunião anterior, esta foi aprovada e assinada pelos conselheiros  
12 presentes. Luiz Alberto comentou que o Conselho da Cidade foi criado pelo Plano Diretor para  
13 discutir as políticas públicas para Joinville, dentre elas a questão habitacional de interesse social,  
14 e passou a palavra ao Secretário de Habitação Alsione Gomes de Oliveira Filho. Alsione  
15 esclareceu que ao assumir a Secretaria de Habitação (SH) em dois mil e nove, o Plano Local de  
16 Habitação de Interesse Social, PLHIS, já estava sendo elaborado, com base em oficinas  
17 realizadas nos bairros, e que agora está em fase final de elaboração, devendo ser encaminhado  
18 à Câmara de Vereadores para aprovação. Lourdes Thomé informou que todas as prefeituras  
19 precisam elaborar o Plano de Habitação de Interesse Social até o final de dois mil e dez, e  
20 passou a apresentar o PLHIS. Disse que a estratégia do PLHIS é pensar a cidade até o ano de  
21 dois mil e vinte e três, e falou que foi constituído de forma participativa com a comunidade.  
22 Comentou que o público alvo da SH é o mais carente, e temos que pensar na questão  
23 habitacional de Joinville e de toda a região, pois não adianta resolver a questão do *déficit*  
24 habitacional somente em Joinville, porque a população da região virá para Joinville atrás de  
25 moradia. O conselheiro Mário Cezar Aguiar solicitou o envio desse plano, por *e-mail*, para todos  
26 os conselheiros. Segundo Lourdes, a cada vinte anos a demanda de habitações aumenta,  
27 devido à constituição de novas famílias. Ao apresentar um *slide* com um quadro do número  
28 estimado do *déficit* habitacional em Joinville, ocorreram questionamentos quanto à confiabilidade  
29 e atualização dos números apresentados, e Lourdes explicou que estes números são da  
30 Fundação João Pinheiro, instituição reconhecida pelo Ministério das Cidades, embora acredite  
31 que os números estejam defasados, pois segundo ela seria em torno de nove mil habitações. Ao  
32 final da apresentação, Lourdes ressaltou a importância das contribuições do Conselho da Cidade  
33 para o PLHIS. O Presidente Luiz Alberto agradeceu a participação e deixou a palavra aberta aos  
34 conselheiros. O conselheiro Udo Döhler comentou que esse foi um dos mais importantes temas  
35 apresentados ao Conselho, por tratar de necessidades vitais, pois uma cidade sem água, luz ou  
36 moradia “não acontece”. O que foi apresentado, em sua opinião, mostra a preocupação e o  
37 interesse de se buscar uma solução para a questão habitacional, e esse tema deveria ser  
38 amplamente discutido no Conselho da Cidade. O conselheiro Ivandro, por sua vez, disse que a  
39 cidade não pode ser um depósito de pessoas, e sim um lugar onde todos vivam em harmonia e  
40 equilíbrio, com saúde e felicidade, independentemente do poder aquisitivo. Para ele, o Município  
41 deveria focar no público de zero a três salários mínimos, e a SH deveria aceitar inscrições  
42 apenas de famílias nessa faixa de renda, concentrando aí seus esforços para garantir habitação,  
43 pois quem recebe acima disso tem condições para resolver seu problema habitacional no  
44 mercado. Ao final de sua fala, Ivandro parabenizou a SH pelo trabalho desenvolvido. No uso da  
45 palavra, a conselheira Maria Ivonete Peixer da Silva comunicou que a Câmara de Promoção  
46 Econômica já discutiu esse tema, apresentado pela SH, e que fizeram uma série de  
47 contribuições. Sugeriu que a SH solicite à Fundação João Pinheiro que inclua os números que o  
48 Município possui aos fornecidos pela própria Fundação. Em sua opinião, as câmaras deveriam

49 discutir e trabalhar questões mais efetivas e concretas para o desenvolvimento da cidade. O  
50 conselheiro Lenin Peña parabenizou pela seriedade e a forma como está sendo tratado o  
51 problema de habitação, e disse estar contente por ver que muitas das coisas que vêm sendo  
52 debatidas em vários fóruns, no Brasil e no exterior, agora estão se tornando realidade. Sugeriu  
53 que outras secretarias, como de Assistência Social, da Saúde e de Educação, estejam  
54 integradas ao Plano de Habitação, pois a concepção de moradia digna leva em conta também os  
55 aspectos econômico-socioculturais. Disse que o conceito de moradia digna ainda está limitado,  
56 que não é apenas construir moradias, mas pensar em sustentabilidade, que é possível com  
57 ensino de qualidade econômico-social e político, pois assim a construção ecológica sai mais  
58 barata e é melhor negócio para as empreiteiras. Em sua opinião, se montarmos um esquema de  
59 educação com mudança de estrutura cultural, alcançaremos efetivamente a mudança digna. O  
60 conselheiro Jorge Laureano parabenizou a SH, e comentou que, se de fato tivermos um déficit  
61 de nove mil habitações, conforme nossa capacidade de atender à demanda, seria necessário  
62 cerca de doze anos para zerar esse *déficit*, assim sendo, é favorável também à ideia de que a  
63 Secretaria de Habitação cuide somente dos casos de zero a três salários mínimos. O  
64 conselheiro Mário Cezar Aguiar parabenizou a apresentação do plano. Disse considerar o tema  
65 muito importante, por ser uma das prerrogativas básicas da cidadania o direito à habitação, e  
66 sugeriu que esse tema volte ao Conselho da Cidade pela importância que tem. Em sua opinião,  
67 porém, com relação à ideia de que a SH considere apenas a faixa salarial de zero a três salários  
68 mínimos, Aguiar disse que devemos seguir a Política Nacional de Habitação de Interesse Social,  
69 e não criar uma política independente em Joinville, pois existem recursos federais envolvidos.  
70 Sugeriu ainda que os modelos de habitação no município levem em conta a possibilidade de  
71 futura ampliação, por conta do morador. A conselheira Maria Salete perguntou sobre a situação  
72 da regularização das áreas invadidas, e se existem loteamentos feitos sem a devida  
73 regularização junto à Prefeitura. O secretário Alsione respondeu que há loteamentos que foram  
74 aprovados, mas não foram finalizados, e portanto não foram feitas as escrituras. O presidente  
75 Luiz Alberto comentou que há loteamentos irregulares e há loteamentos clandestinos, que estão  
76 surgindo nas áreas rurais, sem nenhuma infraestrutura. O conselheiro Roque Mattei elogiou a  
77 apresentação e informou que esse tema também já foi discutido na Câmara de Integração  
78 Regional, e essa Câmara considera importante que a integração regional seja também  
79 considerada, que haja uma integração entre as políticas dos municípios da região, pois a  
80 questão da migração é preocupante. O conselheiro Udo Döhler ressaltou a importância de que o  
81 Poder Público exerça o poder de polícia como forma de impedir novas invasões na cidade.  
82 Ivandro de Souza disse que a habitação é o maior instrumento de inclusão social, pois sem  
83 moradia não temos nada. Disse que as habitações de interesse social devem ter uma tributação  
84 menor em seus produtos do que uma habitação de alto padrão. O conselheiro Lenin ressaltou a  
85 importância de termos uma política de integração regional de fato, e disse que o impacto de  
86 vizinhança não acontece somente pelas grandes construções ou grandes empreendimentos, e  
87 que é importante que a Câmara de Integração Regional pense seriamente na questão de  
88 Araquari, para que não crie um impacto negativo com relação a Joinville, pois não está prevendo  
89 este impacto. Alsione Gomes lembrou que boa parte da cidade de Araquari foi incorporada a  
90 Joinville. A política habitacional de Araquari era completamente diferente de Joinville, mais  
91 liberal, e isso impactou negativamente os índices de Joinville, somando-se à falta de habitações  
92 populares já existentes no município. Para ele, a integração regional é importante, e o Ministério  
93 das Cidades orienta nesse sentido. Luiz Alberto comentou que neste ano haverá  
94 recenseamento, e a Fundação João Pinheiro, de Belo Horizonte, fornece dados do *déficit*  
95 habitacional para todo o Brasil. Disse que em Joinville há uma estimativa de que nove mil  
96 pessoas morem de forma precária, e espera que o Censo Demográfico traga informações mais  
97 precisas quanto a isso, pois o Ippuj precisa ter uma base de dados atualizada. Lourdes Thomé  
98 comentou que, se fosse de outra forma, as Prefeituras iriam informar dados irreais para se  
99 beneficiar. Alsione informou que os critérios para se inscrever na Secretaria de Habitação  
100 continuam os mesmos, ou seja, renda familiar de zero a seis salários mínimos, três anos de  
101 residência em Joinville, e um ano de permanência na lista para ser beneficiado. Disse que no

102 momento estão começando a discutir os critérios para selecionar as famílias de zero a três  
103 salários que serão contempladas com as primeiras setecentas e oitenta e quatro unidades, e  
104 planejando as edificações no Jardim Iririú. Comentou que as Comissões de Urbanismo e de  
105 Finanças da Câmara de Vereadores se manifestaram contra a doação de áreas na Rua  
106 Janaúba para a construção de quatrocentas e sessenta unidades habitacionais para famílias  
107 com renda de zero a três salários mínimos. Disse que a meta inicial era de quatro mil moradias  
108 para Joinville, através do Programa Minha Casa Minha Vida, e que quarenta por cento dessas  
109 moradias destinar-se-iam à renda de zero a três salários mínimos. Comentou ainda que a Lei  
110 Federal prevê duas prioridades, a mulher chefe de família e a pessoa em área de risco. Alsione  
111 agradeceu ao conselheiro Lenin Peña pelo material sobre moradia digna, e comentou que falta  
112 uma política estadual de habitação, que o Estado não tem técnicos para elaborar um plano de  
113 habitação estadual. Lourdes ressaltou que o Plano de Habitação de Interesse Social não pode  
114 ser alterado agora, pois conforme determinação do Ministério das Cidades, alterações só serão  
115 possíveis daqui a cinco anos; assim sendo, o Plano deverá ser enviado à Câmara de  
116 Vereadores desta forma. Quanto aos loteamentos clandestinos, Lourdes sugeriu que se  
117 marcasse outra reunião para discutir sobre a Regularização Fundiária, pois há oitenta e seis  
118 loteamentos clandestinos em áreas privadas e há loteamentos públicos irregulares, e esses  
119 loteamentos precisam ser regularizados e receber infraestrutura. Falou que nossa casa é nosso  
120 porto seguro, mas até hoje só se pensou em educação e saúde, e deixamos a habitação de  
121 lado. O conselheiro Lenin falou sobre a necessidade de que a Câmara Comunitária de  
122 Integração Regional, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional (SDR Joinville), e a  
123 Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina, Amunesc organizem juntos a questão  
124 regional, levando em conta as questões urbanas e rurais do ponto de vista econômico e  
125 sociocultural, e do meio ambiente sustentável. Lourdes comentou que há previsão de que o  
126 Plano de Habitação de Interesse Social seja enviado à Câmara de Vereadores em setembro  
127 deste ano. A conselheira Maria Ivonete sugeriu que a Câmara Comunitária de Integração  
128 Regional continue debatendo este tema, levando em conta estas percepções, pois é sua  
129 prerrogativa e principal papel político, e é constituída por membros de entidades  
130 representativas no município que são qualificados para essa tarefa. O presidente Luiz Alberto  
131 comentou que tudo o que foi abordado tem relação com a discussão do planejamento da cidade  
132 como um todo. Disse que estamos trabalhando na regulamentação do Plano Diretor, e que  
133 muitos dos problemas que estamos enfrentando hoje, acontecem por não nos anteciparmos a  
134 eles. Comentou que a política tem uma visão mais restrita que às vezes prejudica a integração  
135 das políticas públicas; não há como dissociar política de habitação, uso e ocupação do solo,  
136 transporte, sistema viário e política de geração de renda, que é hoje a mais importante para o  
137 País. Muitas famílias saíram da faixa de zero a três salários mínimos e conseguem resolver, via  
138 mercado, a questão habitacional. Disse que há uma concentração de terras no perímetro urbano  
139 em poder de determinados grupos, e é esse mercado que estipula o valor do metro quadrado.  
140 Disse que a área rural está sendo loteada, como foi dito, mas as pessoas não querem enxergar  
141 o problema, e nos próximos vinte anos isso irá se agravar. A implementação da política de  
142 habitação é muito complexa, e precisa pensar a cidade como um todo. Ressaltou que uma  
143 cidade não se rege por decreto, e disse que o poder de polícia se faz necessário, mas que  
144 simplesmente criminalizar as invasões não adianta, pois a questão é muito mais social do que de  
145 regulamentar, pois ninguém moraria no mangue se tivesse acesso a lotes urbanizados. Disse  
146 ainda que, para que haja acesso a lotes urbanizados, é necessária a discussão sobre a área  
147 rural. Disse que Araquari é a válvula de escape de Joinville, e que temos uma parcela de culpa  
148 nessa situação. O modelo de cidade ideal acaba expulsando uma parcela da população para a  
149 periferia, e esse debate precisa acontecer. O Conselho da Cidade, com suas sete Câmaras  
150 Comunitárias, está ainda num processo de estruturação. Há ainda muito a ser discutido, o Plano  
151 Diretor tem capítulos sobre Habitação, Saúde, Educação e Cultura, para que as Câmaras  
152 Setoriais tragam suas contribuições para o Conselho Consultivo e Deliberativo, e assim todos  
153 estarão exercendo realmente sua função. O Conselho da Cidade vai completar um ano em  
154 agosto, está aprendendo com seus erros e dificuldades, e é muito importante que a sociedade

155 entenda que esse Conselho é da Cidade de Joinville, e não da Prefeitura. O conselheiro Udo  
156 Döhler disse que, ao falar em poder de polícia, não o faz no sentido de criminalizar, e sim  
157 disciplinar, pois quando se disciplina a migração previne-se as ocupações irregulares. O  
158 conselheiro Lenin Peña parabenizou o Presidente Luiz Alberto pelo pronunciamento, e disse que  
159 estamos num processo de conscientização, e Joinville é pioneira em termos de formação,  
160 organização e funcionamento de Conselhos, como se pode constatar no presente momento e na  
161 IV Conferência Nacional em Brasília. É necessário que não se pense que nós estamos a mercê  
162 das instituições constituídas; estamos num país democrático em que podemos pensar e sugerir  
163 muitas coisas, e se tivermos razão precisamos cobrar, pois esse é o papel do Conselho da  
164 Cidade. O secretário Alcione relatou que no início do Programa Minha Casa Minha Vida houve  
165 um pacto entre os órgãos da Gestão Pública para garantir prioridade aos projetos que tivessem  
166 o carimbo desse programa, e isso vem acontecendo até hoje. O presidente Luiz Alberto,  
167 conforme sugerido anteriormente, solicitou que na próxima reunião do Conselho Consultivo e  
168 Deliberativo a SH apresente as propostas de Regularização Fundiária, pois é complementar à  
169 questão da Habitação. Em Assuntos Gerais, o Presidente Luiz Alberto explicou que solicitou a  
170 presença do Excelentíssimo Senhor Prefeito nesta reunião do Conselho Consultivo para que  
171 ouça as críticas referentes ao funcionamento do Conselho, relativas à falta de *quorum* e de uma  
172 participação mais efetiva. Comunicou que o Senhor Prefeito, juntamente com a Secretária-chefe  
173 Maria Ivonete Peixer da Silva, receberam alguns conselheiros de Câmaras Setoriais que estão  
174 descontentes com funcionamento do Conselho da Cidade, e passou a palavra ao Conselheiro  
175 Udo Döhler, que parabenizou o Prefeito pelo trabalho que vem sendo realizado pela Secretaria  
176 da Habitação. Em seguida, tomando a palavra, o Prefeito Carlito Merss disse que a criação do  
177 Conselho da Cidade foi um processo que envolveu escolha da sociedade, e o resultado dessa  
178 escolha foi respeitado. Disse que, se pudéssemos voltar quarenta ou cinquenta anos e  
179 tivéssemos essa consciência, independentemente dos interesses da cidade, talvez não  
180 tivéssemos feito tanta besteira. Disse preocupar-se com a questão do saneamento básico, e que  
181 o Prefeito Wittich Freitag foi o único que investiu de fato em saneamento em Joinville, e que  
182 espera também ser reconhecido dessa forma, pelos investimentos que estão sendo feitos.  
183 “Quando falo em saneamento básico, estou falando em saúde, e no ano de dois mil e nove  
184 investimos vinte e cinco por cento do orçamento em saúde”. A saúde e o *déficit* habitacional são  
185 assuntos que devem ser discutidos aqui, no Conselho da Cidade, de forma democrática. Pela  
186 primeira vez há uma Política Nacional de Habitação, e só não chegamos a dez mil moradias por  
187 falta de terrenos. O Senhor Prefeito disse reconhecer que a grande dificuldade ainda é encontrar  
188 áreas para a construção das unidades habitacionais, além de uma maior compreensão e apoio  
189 por parte de alguns vereadores. Falou sobre as dificuldades com as invasões, e sobretudo com  
190 os deslizamentos em algumas áreas. Com relação ao Conselho da Cidade, disse entender que  
191 debates fazem parte do processo, assim como conflitos de interesse e consensos. Com relação  
192 à visita de um grupo de conselheiros descontentes com a condução do Conselho da Cidade, o  
193 prefeito ressaltou que respeita tal fato, mas entende que o Conselho está em fase de  
194 aprimoramento, e que as coisas vão sendo melhoradas com o tempo, até porque este não havia  
195 até um tempo atrás. Disse ainda que recebeu um grupo de pessoas insatisfeitas porque acham  
196 não ser justo verticalizar os bairros deles, e quanto a isso expôs seu interesse em saber das  
197 possibilidades de se construir uma cidade mais sustentável com critérios justos para todos.  
198 Carlito Merss enalteceu o trabalho e a importância do Conselho da Cidade, e enfatizou que o  
199 mesmo tem o seu apoio. Disse reconhecer que a pressão sobre os conselheiros e sobre o  
200 Presidente do Conselho é grande, e que vários são os interesses envolvidos, mas que acredita  
201 que o fundamental é buscar sempre o consenso com relação aos temas debatidos, e finalizou  
202 sua fala parabenizando a todos. O Presidente Luiz Alberto solicitou que a Secretária-chefe de  
203 Gabinete Maria Ivonete fizesse um resumo das ações que a Prefeitura e o Gabinete do Prefeito  
204 estão fazendo com relação ao fortalecimento do Conselho da Cidade e à participação dos  
205 Conselheiros do Poder Público e da Sociedade Civil. Disse que há insatisfação, por parte de  
206 alguns, quanto à ausência de conselheiros nas reuniões das Câmaras Comunitárias, e que  
207 também há algumas reclamações quanto aos horários de reunião de algumas câmaras. Maria



208 Ivonete, ao falar na qualidade de Chefe de Gabinete, disse que participou da reunião com o  
209 grupo em questão, e que o papel do Gabinete do Prefeito é ouvir os representantes da  
210 Sociedade Civil Organizada e do Governo, e fazer os encaminhamentos para buscar resolver os  
211 problemas. Disse, quanto às pontuações realizadas, que alguns pontos o Gabinete entendeu  
212 como justos e encaminhou alguns procedimentos, em parceria e concordância da Fundação  
213 Ippuj. Relatou que, com relação à solicitação de liberar todos os contatos dos conselheiros do  
214 Conselho da Cidade, contrariando a decisão do Conselho Consultivo e Deliberativo, o Gabinete  
215 e o Ippuj refletiram sobre a possibilidade de socializar os *e-mails* dos coordenadores das  
216 Câmaras Setoriais para todos os membros do Conselho da Cidade, para que seja possível o  
217 diálogo entre as Câmaras sem passar pela Secretaria Executiva, passando pelo crivo apenas do  
218 coordenador da Câmara em questão, que por sua vez pode enviar o assunto aos conselheiros  
219 de sua Câmara. Ressaltou ainda que o que não se quer é que os *e-mails* dos conselheiros  
220 sejam disponibilizados para qualquer pessoa ou entidade, a fim de se evitar mal uso. Em  
221 seguida relatou, que o Gabinete foi cobrado com relação à quantidade excessiva de ausências  
222 de conselheiros nas reuniões das Câmaras Comunitárias, tanto de representantes do Poder  
223 Público quanto da Sociedade Civil Organizada, e que após reflexão entre o Gabinete e o Ippuj,  
224 decidiu-se que o Poder Público irá, através das Fundações e Secretarias envolvidas,  
225 acompanhar e cobrar de seus representantes a assiduidade na participação, e que as Câmaras  
226 Comunitárias, através de seus coordenadores, assim também o farão com relação aos  
227 representantes da Sociedade Civil Organizada. Destacou também que o Ippuj já possui um  
228 relatório de frequência dos conselheiros. Quanto à definição dos horários das reuniões, Maria  
229 Ivonete disse que algumas Câmaras Setoriais estabeleceram seus horários a partir dos  
230 interesses do Poder Público, e não de todos os conselheiros, e o Ippuj solicitará que as Câmaras  
231 Setoriais revejam o horário de suas reuniões. Quanto aos questionamentos com relação à  
232 definição de pauta das reuniões, ficou estabelecido que o Gabinete deverá solicitar aos órgãos  
233 gestores que façam um cronograma das suas ações, legislações, e propostas que pretendem  
234 implementar, encaminhá-los ao Ippuj que, por sua vez, o encaminhará às Câmaras. O  
235 conselheiro Lenin Peña falou de sua emoção em ver o Conselho no caminho certo. Disse ter  
236 participado dos primeiros debates da criação do Ministério das Cidades, das discussões sobre o  
237 Estatuto da Cidade, que ficou por mais de dez anos retido no Congresso Nacional. Disse que, a  
238 seu pedido, o então Deputado Federal Carlito Merss teve um papel importantíssimo ao trabalhar  
239 em prol do desarquivamento e aprovação desse projeto. Assim sendo, conseguiram “sepultar” o  
240 antigo Serfhau, Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, que pouco ajudou no  
241 desenvolvimento sustentável do país. Esse mérito, em nível de Joinville, foi devido ao Ippuj, que  
242 soube assimilar as inovações do planejamento brasileiro e semeou um futuro inovador e  
243 sustentável para Joinville. O conselheiro Ivandro comentou que, quando os conselheiros  
244 estiverem insatisfeitos com algo relativo ao Conselho da Cidade, devem trazer sua insatisfação  
245 para ser discutida no próprio Conselho, e não ir ao Gabinete do Prefeito reclamar, pois acredita  
246 que este deve ser o procedimento adequado. Nada mais havendo a tratar, às dez horas e dez  
247 minutos o presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Eu, Patrícia  
248 Rathunde Santos, Secretária Executiva do Conselho da Cidade, lavrei esta ata com base nas  
249 anotações de Dulcinéia Maria da Silva e Gabriel Tambosi Neto, relator da reunião. A ata vai  
250 assinada pelo Presidente do Conselho, por mim e pelos conselheiros presentes. Joinville, vinte e  
251 oito de julho de dois mil e dez.

Luiz Alberto de Souza  
Presidente do Conselho da Cidade

Patrícia Rathunde Santos  
Secretária Executiva do Conselho da Cidade

**Assinatura dos conselheiros presentes nesta reunião**

<b>Presidência</b>		Luiz Alberto de Souza - Fundação IPPUJ			
<b>Grupo de Trabalho</b>	<b>CÂMARA</b>	<b>PODER PÚBLICO</b>		<b>SOCIEDADE CIVIL</b>	
		<b>TITULAR</b>	<b>SUPLENTE</b>	<b>TITULAR</b>	<b>SUPLENTE</b>
GT 1	Câmara Comunitária de Promoção Econômica	_____ Maria Ivonete Peixer da Silva GP	_____ Alsione Gomes de Oliveira Filho SH	_____ Mário Cezar Aguiar ACIJ	- ausente - Gean Marcos Dombroski Corrêa Instituto AJORPEME
GT 2	Câmara Comunitária de Promoção Social	_____ Silvestre Ferreira FCJ	- ausente - _____ Maria Teresa Soares SAS	_____ Lenin Peña IDS	- ausente - _____ Eduardo Miers CEAJ
GT 3	Câmara Comunitária de Qualificação do Ambiente Natural	_____ Marcos Rodolfo Schoene FUNDEMA	- ausente - _____ Marcos Aurélio Fernandes SE	_____ Maria Salete Rodrigues Pacheco AJORPEME	- ausente - _____ Andrea Knabem AMABA
GT 4	Câmara Comunitária de Qualificação do Ambiente Construído	_____ Gilberto Pires Gayer FUNDEMA	- ausente - _____ Nilzete Farias Hoenicke IPPUJ	_____ Ivandro de Souza Instituto Joinville	- ausente - _____ Rosana Barreto Martins CEAJ
GT 5	Câmara Comunitária de Integração Regional	_____ Eduardo Dalbosco SEPLAN	_____ Rodrigo Fallgatter Thomazi SIDE	_____ Udo Döhler ACIJ	_____ Roque Antônio Mattei Instituto Joinville
GT 6	Câmara Comunitária de Estruturação e Ordenamento Territorial	- ausente - _____ Ariel Arno Pizzolatti SEINFRA	- ausente - _____ Fabiano Lopes de Souza SRVN	_____ Jorge Arnaldo Laureano SECOVI	- ausente - _____ Henrique Chiste Neto AJECI
GT 7	Câmara Comunitária de Mobilidade e Acessibilidade	_____ Eduardo Bartniak Filho CONURB	- ausente - _____ Sérgio Luiz Celestino da Silva SAS	_____ Emerson Siqueira AJECI	- ausente - _____ Vanderlei Pedro Quintino CEPE

Joinville, 28 de julho de 2010

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.